

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E IDENTIDADES POLÍTICAS NA AMAZÔNIA

Maria do Perpetuo Socorro Chav*;

José Fernandes Barros**

Nídia Noemi Fabrê***

1. Introdução

As mudanças estruturais ocorridas na Amazônia, a partir do final da década de 60, provocaram transformações significativas nas redes de relações e nas formas de organização política das populações tradicionais, frente à lógica instaurada pelo modelo desenvolvimentista do capitalismo industrial.

As condições favoráveis da região, enquanto área estratégica para controle geopolítico e depositária de uma biodiversidade e sociodiversidade inestimáveis, provocaram, ou pelo menos contribuíram significativamente, para o deslocamento de capitais para a região. Os modelos de desenvolvimento adotados na região, embora tenham variado desde o processo de colonização, geraram impactos danosos às populações tradicionais da Amazônia, criando sérias dificuldades para a continuidade de seus modelos históricos de adaptação ao ambiente ecológico, priorizaram a ocupação da região, via programas desenvolvimentistas (Grandes Projetos), cujos interesses voltavam-se principalmente para o controle geopolítico.

Esses processos de ocupação e de desenvolvimento impostos, via ação política de agências governamentais como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), dentre outros, deixaram marcas deletérias sobre o espaço e os povos amazônicos, cujos impactos puderam ser notados nos ecossistemas regionais, nas formas de ocupação da região e na organização sociocultural das populações amazônicas.

Os planos desenvolvimentistas, que preconizavam a integração da região aos marcos do capital, trouxeram consigo levas de migrantes, vítimas da

expropriação no Nordeste, em busca de terra para garantir a sobrevivência como pequeno produtor. Este processo de ocupação culminou em conflitos e tensões, principalmente em função da disputa pela posse da terra e do acesso a outros recursos naturais, sobretudo os pesqueiros.

O presente estudo discute a problemática dos conflitos socioambientais gerados em torno do uso dos recursos pesqueiros e suas conseqüências sobre o modo de vida das populações ribeirinhas, contextualizando a trajetória de organização política dessas populações, enquanto estratégia para garantir o acesso e uso dos recursos naturais na Amazônia. Para efetuar esta abordagem, no primeiro momento serão discutidas as teorias sobre conflitos socioambientais. Em seguida, será traçado um breve histórico da trajetória dos movimentos socioambientais e das formas de organização das populações tradicionais na Amazônia, suas estratégias político-ecológicas para a gestão dos recursos naturais de uso coletivo.

Os diversos autores com os quais se busca entabular diálogo, de certa forma coadunam com a perspectiva das interdependências das relações, embora ultrapassando a idéia do funcionalismo clássico, segundo o qual os eventos sócio-históricos não têm influência sobre as formas de organização dos sujeitos individuais. A abordagem sobre conflitos que será tratada aqui, de maneira alguma pretende esgotar o tema, mas sim trazer elementos que possam contribuir com o debate em pauta.

2. Teorias sobre conflitos: breve panorama

Ao longo da história, diversos campos do conhecimento, da Psicologia à Economia Política, têm contribuído para a ampliação do conhecimento sobre as diferentes manifestações pelas quais os conflitos são identificados, dos mais violentos, envolvendo Estados e Nações, aos mais sutis, no embate entre indivíduos e grupos sociais (Barbanti Jr.,2006).

Apesar da riqueza das contribuições, boa parte dos estudos realizados ficou resumida à descrição de experiências de projetos envolvendo grupos sociais na disputa pelo uso dos recursos naturais. Poucos estudiosos se dedicam à discussão

dos princípios conceituais que regem os conflitos, destacando-se neste campo os trabalhos de Alonso & Costa (2000); Little (2001); Chifuco (2001 *apud* Gomes, 2002); Ferreira (1999 *apud* Gomes, 2002); Hocker & Wilmot (1985 *apud* Saravia, 2006) e Barbanti Jr. (2006) entre os mais significativos na contemporaneidade.

No âmbito das Ciências Sociais, o debate teórico acerca dos conflitos ficou até recentemente reduzido a dois conjuntos de contribuições oriundas majoritariamente dos campos da Sociologia e da Economia Política (Barbanti Jr., 2006). Lipset (*apud* Barbanti Jr., 2006), identifica esses campos como sendo os das escolas de conflito e de consenso. O primeiro reuniria um conjunto de autores de formação predominantemente marxista e neo-marxista, como Althusser e Gramsci, além do próprio Karl Marx (1818-1883). O segundo campo seria o das escolas funcionalistas e de teorias de sistemas, com suas raízes em nomes como Durkheim e Talcott Parsons.

Para os autores marxistas, a fonte dos conflitos encontra-se nas relações socioeconômicas, nas lutas de classes, que necessariamente confrontam-se e com isso provocam a mudança do sistema capitalista. A perspectiva funcionalista relaciona a existência dos conflitos à natureza humana, e sustenta que é possível “resolver” conflitos por meio da mudança nessas relações (Barbanti Jr., 2006).

No Brasil, a influência da corrente marxista nas Ciências Humanas e Sociais direcionou as análises sobre conflitos sociais, pelo menos até a segunda metade da década de 80. A partir deste período, com a queda dos sistemas políticos e econômicos dos países socialistas e a crise dos paradigmas macro de análise, bem como numa abordagem crítica que preconizava a superação do modelo de sociedade urbana-industrial, levou à busca de outros marcos teóricos, ganhando ênfase os enfoques de consenso.

Embora, o enfoque de consenso, tenha suas limitações teórico-metodológicas, já que prioriza as ações e relações estabelecidas no contexto pelo qual os agentes interagem entre si, ignorando as determinações sócio-históricas que incidem no processo político, esta corrente teórica possui elementos epistêmicos, que para uma análise das relações de conflitos, como a que se pretende realizar neste trabalho, poderão contribuir significativamente, principalmente para o entendimento sobre a

dinâmica dos diversos grupos sociais em seus graus variados de interdependência entre si.

3. A trama dos conflitos socioambientais

Nas duas últimas décadas do século XX, a questão ambiental alcançou o status de problema global, mobilizando a sociedade civil organizada, os meios de comunicação e os governos de todas as regiões do planeta. À medida que se ampliou e aprofundou o debate em torno da problemática ambiental, os conflitos se tornaram mais agudos e as soluções mais problemáticas (Alonso & Costa, 2000). Este movimento trouxe um enfoque eminentemente sociológico para a questão ambiental, contribuindo para a discussão sobre os processos de constituição de conflitos entre grupos sociais no embate pelo uso dos recursos naturais.

Entende-se, pois que se a definição de conflito ambiental, por si só, é emblemática, a delimitação do que seja conflito socioambiental comporta complexidade ainda maior. Mesmo contando com uma ampla literatura acerca da questão ambiental, a definição do que seja conflito socioambiental é em si mesma ainda um dilema, com usos diversos que assumem contornos complexos e mesmo antagônicos na literatura.

Enfoques sobre conflitos, ressaltando a complexidade ambiental, ganharam forma a partir do início dos anos 90 e, desde então, passou a nortear diversas pesquisas e ações de governos de diferentes países do mundo. Pesquisadores, ativistas e representantes da sociedade civil contribuíram para a ampliação do debate em torno dos conflitos ambientais, mostrando a impossibilidade de reduzi-los a questões eminentemente relacionadas ao meio biofísico.

Viola e Leis (1995), acreditam que os conflitos ambientais não devem ser analisados e interpretados à revelia da conjuntura política ou do contexto sócio-histórico, pois envolve valores (simbólico ou ideológico) que os atores sociais ou setores aderem ou manipulam de acordo com determinados interesses em jogo.

Fuks e Guivant (1998; 1998b *apud* Hannigan, 1995), descrevem a constituição de problemas ambientais através de um processo de construção pública que envolve disputas técnicas e políticas. Segundo Hannigan (1995), num processo conflitivo de cunho ambiental existem certas questões, antes entendidas a partir de categorias “econômicas”, “sociais” ou “políticas”, que assumiram novo significado nas arenas públicas e na percepção social coletiva sob o prisma de conflito ambiental.

No Brasil, somente a partir da metade dos anos 80 houve realmente um interesse sistemático das ciências sociais pela questão ambiental. Mesmo assim, essa literatura ganhou forma lentamente, mais pela adesão individual de especialistas das mais diversas áreas das ciências naturais e humanidades - filósofos, geógrafos, demógrafos, biólogos, etc - do que por uma expansão planejada de programas e cursos específicos (Alonso & Costa, 2000).

Segundo os autores citados, ao longo dos anos 90 novas modalidades interpretativas da questão ambiental apareceram no Brasil. A grande maioria, porém, se restringiu a estudos de caso, enfocando, sobretudo os chamados impactos socioambientais, ou seja, estudos sobre o ambiente socialmente criado ou construído a partir das ações antrópicas sobre a natureza. Outros estudos se voltaram para a identificação dos efeitos deletérios de macroprocessos associados à modernização, particularmente à industrialização. Nestes casos, segundo Alonso & Costa (2000), o foco socioambiental não distinguiu, mas sobrepôs, itens mais facilmente identificáveis como “ambientais” como poluição do ar e das águas, preservação de regiões ecológicas “virgens” – com questões que a sociologia nomeava até nos anos 70 de “problemas sociais”, especialmente saneamento e pauperização nas cidades, e impactos sobre o estilo de vida de comunidades indígenas e/ou tradicionais, no interior do país.

Apesar do termo “conflito socioambiental” ser bastante discutível, não constituindo consenso entre pesquisadores e tomadores de decisões, segundo Little (2001) nas duas últimas décadas uma abordagem teórico-metodológica conhecida como *Ecologia Política* que vem se consolidando nas Ciências Sociais, tem orientado discussões sobre conflitos socioambientais, dando uma nova tônica ao debate.

Little (2001) propôs uma definição de conflito socioambiental com base nos princípios da Ecologia Política caracterizando-o como um embate entre grupos sociais que decorre das distintas formas de inter-relacionamentos com seu meio social e natural, no qual cada agente social possui sua forma de adaptação, ideologia e modo de vida específico que se diferencia e se confronta com as formas de outros grupos lidarem com suas realidades, formando a dimensão social e cultural do conflito ambiental.

Ainda segundo Little (2001), os conflitos socioambientais podem ter várias dimensões e características. Em alguns casos giram em torno do controle sobre determinados recursos naturais (minerais, ictiológicos, florestais, etc). Em outros casos, o conflito pode emergir ou se gerar em função dos impactos (sociais ou ambientais) gerados pela ação humana, tais como contaminação dos rios e do ar, o desmatamento ou construção de grandes barragens. Além disso, segundo o referido autor, podem ocorrer conflitos socioambientais em torno de valores e modos de vida, envolvendo o uso da natureza cujo núcleo central reside no choque de valores ou ideologias, por isso a necessidade de focalizar as atenções em torno dos atores sociais e suas respectivas reivindicações. É com base na definição proposta por Little (*op. cit.* 2001) para caracterizar o conflito socioambiental, que o presente estudo se norteará, a fim de tentar explicar as diferentes modalidades de conflitos pelo qual está envolvida a atividade pesqueira.

4. Movimentos socioambientais e formação de identidades políticas na Amazônia

Os conflitos socioambientais ganharam visibilidade na Amazônia principalmente a partir da década de 60, com a implantação de grandes projetos desenvolvimentistas que acelerou a expansão urbano-industrial, e gerou um quadro de conflitos por toda a região.

Nesse período, no caso específico da prática da pesca, o estabelecimento de uma moderna indústria pesqueira, incentivada pelo governo federal, cuja produção voltava-se exclusivamente para a exportação de alguns produtos nobres como o camarão, a lagosta e a piramutaba, particularmente no estado do Pará, na foz do rio Amazonas (Barthem & Petrere Jr., 1992), fomentou uma série de embates envolvendo diferentes atores sociais da região.

Semelhante situação ocorreu e ainda vem ocorrendo nas áreas de várzea do Amazonas-Solimões, em que as populações sofrem pressões em várias frentes, seja dos grandes fazendeiros que cada vez mais tendem a se apropriar das áreas próximas aos grandes lagos, seja das frotas pesqueiras comerciais, que além de não respeitarem os ciclos de reprodução dos peixes, cada vez mais avançam em direção aos lagos de uso das populações locais.

Aliada à pesca comercial predatória, recentemente a expansão da fronteira agrícola da soja no sul-sudeste do estado do Amazonas, com a abertura de novas estradas e rodovias, além de aumentar a especulação imobiliária e incentivar a grilagem de terras, vem ameaçando os sistemas tradicionais de acesso a espaços e uso dos recursos naturais.

Ademais, um outro fenômeno importante que se delineia na região é a criação de Unidades de Conservação (UCs), de proteção integral como Parques Nacionais e Reservas Ecológicas. Segundo Diegues (2000), a criação dessas UCs vêm causando impactos socioculturais vultuosos sobre os modos de vida das populações tradicionais da Amazônia, em muitos casos chegando a tolher essas populações do direito de exercer nessas áreas suas atividades habituais, como agricultura, pesca e extrativismo.

O processo organizativo das populações amazônidas passou a ganhar fôlego a partir de meados dos anos 80, em consonância com a redemocratização do Brasil, que, guiados pela onda de abertura política e visões catastróficas do futuro ambiental, apregoada principalmente pelo Clube Roma em 1972, começou a surgir no país um tipo de movimento de conotação social e ambientalista caracterizado pela crítica ao modelo de desenvolvimento econômico vigente, de caráter altamente concentrador de renda e destruidor da natureza.

Esse tipo de movimento, anteriormente denominado *ecologismo social* ou ambientalismo camponês (Viola, 1991 *apud*. Diegues, 2000) chamou a atenção para a necessidade de manter o acesso das populações tradicionais aos recursos naturais de seus territórios, valorizando o extrativismo sustentável, o manejo dos recursos pesqueiros e sistemas de produção baseados em tecnologias apropriadas.

Na Amazônia, segundo Almeida (2005), a partir de 1988, com a atuação sistemática dos movimentos sociais, em contraposição às formas de integração da região aos circuitos do capital em nível nacional e internacional. Em sua maioria, foram apoiados por entidades e movimentos como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), os Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB), os Movimentos dos Pescadores Artesanais (Movimento Nacional dos Pescadores -MONAPE, Movimento dos Pescadores do Pará – MOPEPA e Movimento dos Pescadores do Baixo Amazonas - MOPEBAM), Movimento de Ribeirinhos, os Movimentos Indígenas, entre outros. Assim, as populações amazônicas enredaram-se numa luta por direitos, por políticas públicas coerentes com suas necessidades e por acesso aos recursos naturais.

Esta nova forma de ver a Amazônia, segundo Almeida (2005), trouxe em seu bojo a percepção de que os ecossistemas amazônicos são constituídos também de relações sociais e de antagonismos, como um campo de lutas em torno do controle do patrimônio genético, do uso de tecnologias e das formas de conhecimento e de apropriação dos recursos naturais, levando a uma politização do saber sobre a natureza e por extensão uma politização da própria natureza.

Desta forma, de acordo com Almeida (2005), a questão ambiental na Amazônia passou a ser tratada não mais como uma questão sem sujeitos, mas como uma construção coletiva vinculada ao advento dos vários movimentos sociais que passaram a expressar as formas peculiares de uso e manejo dos recursos naturais por povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, quebradeiras de coco de babaçu, pescadores, etc.

Segundo Almeida (2005), o conjunto de redes desses movimentos e entidades sociais atualmente ultrapassa mil organizações na Amazônia, o que tem levado organismos internacionais como a Cooperação Internacional, a estimular sua institucionalização, sobretudo àqueles relacionados ao fortalecimento institucional. O maior deles se refere à constituição do GTA (Grupo de Trabalho Amazônico) como uma rede de organizações que acompanha as iniciativas do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7), abrangendo 513 organizações, dos quais estão presentes povos indígenas, seringueiros, coletores de castanha e de açaí, piaçabeiros, quebradeiras de coco babaçu, extratores de resinas, extratos e

ervas medicinais, pescadores, trabalhadores rurais, quilombolas e ribeirinhos (Almeida, 2005).

No que tange especificamente à organização político-institucional das populações ribeirinhas, a Igreja Católica teve um papel estruturante fundamental, promovendo a organização política e social de vários setores, como os agricultores, pescadores e extrativistas, principalmente através do Movimento de Educação de Base (MEB) e do estabelecimento de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

De acordo com Pereira (2004) desde o início dos anos 80, as comunidades ribeirinhas do Amazonas e suas organizações representativas vêm lutando para implementar diversos modelos de gestão dos recursos naturais da várzea, em parte com a contribuição da ação pastoral da Igreja Católica, através da CPT, que encabeçou o chamado “Movimento de Preservação de Lagos”.

Neste sentido, diversos grupos sociais na Amazônia, dentre as quais destacam-se as comunidades rurais dos municípios de Santarém, Parintins, Tefé, Silves, Manacapuru, entre outros, vêm demonstrando força política e capacidade organizativa para gerir a exploração dos recursos naturais de uso coletivo, estabelecendo regras, monitorando ações e aplicando sanções àqueles que descumprem os acordos estabelecidos (Pereira, 2004).

Estes movimentos surgem como forma de resistência à política oficial do Estado capitalista, principalmente após a década de 60, que ao conduzir um tipo de política desenvolvimentista, agravou ainda mais a situação de exclusão social das populações rurais. Neste âmbito os grupos sociais minoritários encontram apoio em algumas vertentes dos movimentos sociais, como os Movimentos de Educação de Base – MEB, Comissão Pastoral da Terra - CPT, no Amazonas; a Comissão Pastoral da Pesca – CPP e outros movimentos ligados à pesca como o Movimento Nacional dos Pescadores - MONAPE; Movimento dos Pescadores do Estado do Pará - MOPEPA, Movimento dos Pescadores do Baixo Amazonas - MOPEBAM, dentre outros.

A partir dos anos 90, novas alianças se constituíram, ampliando assim o campo de atuação e de debates. Neste cenário Projetos e Programas de pesquisa e extensão como o Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea - PYRÁ,

Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea – ProVárzea, Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia – GRUPO INTER-AÇÃO, entre outros; e organizações não-governamentais como o Instituto Amazônico de Manejo Sustentável dos Recursos Ambientais – IARA, Instituto de Pesquisas Ambientais da Amazônia – IPAM, Instituto Socioambiental da Amazônia – ISA, A Fundação Vitória Amazônica e outros, emergiram e passaram a atuar em prol do fortalecimento das iniciativas locais já existentes e introdução de novas tecnologias sociais, com vistas ao co-gerenciamiento dos recursos naturais. Com isso, a co-gestão passou a constituir uma prática em diferentes localidades, envolvendo governos, usuários e outras organizações públicas locais na implementação de ações visando o estabelecimento de formas de manejo participativo.

Nos Estados do Amazonas e Pará, estas iniciativas surgem em decorrência dos intensos conflitos instaurados em torno da atividade pesqueira, conseqüência da política desenvolvimentista adotada pelo governo federal para a região amazônica a partir do final dos anos sessenta.

A política de incentivos fiscais (Pará, década de 70) e creditícios à profissionalização da pesca transformou a atividade numa prática intensiva na região ao introduzir novas tecnologias como a utilização de fibras de nylon, barcos com alto potencial de armazenamento, conhecidos como barcos geleiros e, mudanças nas relações de trabalho entre os pescadores artesanais, através da introdução de certa divisão social do trabalho entre os grupos pesqueiros, visando a otimização das pescarias e aumento de produção (Batista & Chaves et al., 2007).

Para atender uma demanda cada vez mais crescente, a frota comercial pesqueira, foi impelida a expandir sua área de exploração e, a partir da década de 70, começou a invadir as áreas de várzea controladas e exploradas historicamente pelos ribeirinhos¹. Esse processo continuou durante toda a década de 80, segundo

¹ Little (2001) define as populações ribeirinhas como "populações tradicionais que podem ou não ser populações indígenas, já que há comunidades de ribeirinhos que estão se identificando como indígenas, enquanto outras renegam sua identidade, mas que de todo modo representam uma população ambientalmente diferenciada considerando que seu modo de adaptação é sintonizada com os fluxos hídricos dos rios".

Little (2001), agravando o fenômeno de esgotamento de estoques de peixes na várzea, tendo conseqüências negativas para a subsistência das populações locais.

Esta situação conduziu os atores envolvidos na atividade pesqueira a enfrentarem conflitos e tensões, levando a confrontos diretos, às vezes violentos. “Um dos primeiros incidentes registrados foi a Guerra do Peixe, no lago Janauacá, próximo de Manaus, em 1973, que causou a destruição de equipamentos de pesca, de barcos e mesmo mortes” (Salati, 1983 *apud* Castro & Mcgrath, 2001). Diante disso, as comunidades ribeirinhas passaram a se organizar a fim de se proteger da pressão da pesca comercial, que ficou conhecido inicialmente como luta pela de preservação dos lagos consolidou-se com apoio das lideranças da Igreja Católica, por meio da CPT.

A abertura política, no início dos anos 80, favoreceu as manifestações das populações ribeirinhas, que apoiadas pela CPT inauguraram uma nova dinâmica no contexto rural amazônico. Ao passo que foram se organizando politicamente para ter acesso a certas políticas públicas, começaram a se mobilizar em torno de uma nova problemática, os conflitos socioambientais instaurados em torno do acesso e uso dos recursos aquáticos, notadamente o peixe, envolvendo diferentes atores sociais.

Diante dessa conjuntura várias comunidades passaram a controlar o acesso e uso dos lagos, através de instrumentos informais, estabelecidos e pactuados entre as comunidades. Inicialmente estes instrumentos foram criados como contratos particulares, sem validade legal, porém documentados em atas e abaixo assinados por grupos sociais locais, através de suas associações e organizações comunitárias (Isaac & Cerdeira, 2004). O objetivo principal desses instrumentos era estabelecer regras para a pesca nos lagos, a fim de limitar acesso e formas de uso dos recursos pesqueiros, visando garantir a manutenção e produtividade dos lagos (Furtado, 1993 *apud* Castro & Mcgrath, 2001).

Apesar de, desde o ano de 1972, haver registros de iniciativas voltadas para a regulamentação do acesso aos recursos aquáticos na região de Maicá, município de Santarém (Isaac & Cerdeira, 2004), somente na década de 1990, as populações

ribeirinhas passaram a organizar e utilizar de fato os Acordos de Pesca, enquanto instrumento político de organização e mobilização contra a “invasão dos lagos”, embora não reconhecido legalmente pelo órgão oficial de execução da política ambiental.

Parte desse não reconhecimento legal deve-se ao fato de inicialmente os acordos proibirem o acesso aos lagos manejados, ferindo o “Código das Águas” que estabelece o livre acesso nas águas jurisdicionais do Estado brasileiro. Outro fator, segundo Castro & Mcgrath (2001), prende-se a política centralizadora do governo federal, que via nessas iniciativas uma forma de contestação de sua autoridade.

Segundo Castro & Mcgrath (2001), nos últimos 15 a 20 anos, os acordos de pesca proliferaram em toda região amazônica, principalmente no Estado do Pará, que de forma particular, com o apoio de movimentos sociais desenvolveram importantes trabalhos de fortalecimento organizacional junto as comunidades ribeirinhas, que culminou na formação de organizações regionais de base, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Colônia de Pescadores, após a abertura política em 1980. No estado do Amazonas, à medida que as comunidades ribeirinhas foram se fortalecendo em sua estrutura organizacional, que culminou na formação do Movimento dos Ribeirinhos, que paulatinamente passaram a atuar de forma mais ativa na organização desses instrumentos de co-gestão.

A partir da década de 90, os acordos entraram em uma nova fase, devido a uma série de fatores como mobilizações políticas por parte dos ribeirinhos, cientistas e ambientalistas, e realização de novos estudos que subsidiaram a implementação de políticas ambientais, possibilitando a experimentação de técnicas de gestão ambiental (Little, 2001).

Segundo Little (2001), nesse período novos arranjos políticos foram instaurados, com base na noção de co-gestão do território, mediante a criação de Reservas Extrativistas, que mais tarde passaram a ser ampliada para as áreas de várzea, constituindo assim, a co-gestão das águas, mediante a implementação do

Programa de Ordenamento Pesqueiro por Bacias Hidrográficas, incluindo lagos, rios, canais, etc.

A partir de 2001 outras mudanças importantes marcaram o contexto da pesca com a realização de encontros sobre manejo comunitário de pesca na Amazônia, envolvendo os Estados do Amazonas e Pará, os quais consolidaram uma articulação regional entre ribeirinhos, pescadores, organizações ambientalistas e pesquisadores, interessados no manejo participativo, a fim de garantir o acesso e uso dos recursos naturais pelas populações rurais amazônicas.

5. Considerações finais

Entende-se que os conflitos em torno da atividade pesqueira vão além da disputa pela posse de áreas tradicionais de uso, estando presente aí uma série de fatores sociais, políticos, culturais e ambientais. Para efetuar tal abordagem, optou-se por recorrer a uma análise do processo de formação histórico-social dos movimentos socioambientalistas na Amazônia, sua influência no processo de organização política das populações locais frente aos conflitos instaurados em torno do uso dos recursos naturais, especialmente dos recursos pesqueiros.

Mediante o cenário predominante, as populações locais, organizadas ou apoiadas por diferentes movimentos sociais, instituições religiosas, ONGs e de pesquisa, passaram a se organizar e atuar em prol do direito de acesso e uso de seus territórios tradicionais. A atuação destas entidades fez gerar no âmbito regional e, até mesmo internacional, uma forte crítica às políticas públicas e às formas de pensamentos utilizados para abordar a região, até então tratada apenas como um quadro natural, depositária de paisagens exuberantes, espécies de animais exóticos, enfim, um celeiro de matérias-primas.

Esse movimento histórico teve repercussão em diversos setores e, por consequência, fomentou certo redirecionamento e, até mesmo, ruptura por parte de diversos atores sociais com as práticas políticas e os modelos de interpretação predominantes. À medida que foram se aguçando as disputas por territórios e uso dos recursos naturais, a atuação e abrangência dos movimentos sociais dos

pescadores e ribeirinhos foram ganhando corpo paulatinamente, redesenhando a sociedade civil na Amazônia e impondo seu reconhecimento aos centros de poder.

Por fim, é importante enfatizar que os desdobramentos gerados pela mobilização e organização do movimento de pescadores ribeirinhos tiveram e continuam tendo grande importância na manutenção de condições de reprodução social, na conquista de direitos de cidadania e na formulação de modelos de gestão participativa dos recursos naturais da várzea, que vem passando por um processo evolutivo dinâmico e se adaptando e/ou sendo adaptado às novas realidades políticas, sociais e ambientais na Amazônia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. W. B. *A dimensão política dos "conhecimentos tradicionais" na Amazônia*. In: Cadernos CEAS - Centro de Estudos e Ação Social. Salvador, 2005.

ALONSO, A.; COSTA, V. *Ciências sociais e meio ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico*. In: Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais, ANPOCS. No. 53, 1o.semestre de 2002.

BARBANTI JR, O. *Conflitos socioambientais: teorias e práticas*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2006. Tese de Doutorado.

BARTHEM, R. B.; PETRERE Jr., M; ISAAC, V. N; RIBEIRO, M. C. L. de B.; MCGRATH, D. G.; VIEIRA, I. J. A ; BARCO, M. V. *A pesca na Amazônia: problemas e perspectiva para seu manejo*. In: Seminário sobre "manejo de vida silvestre para a conservação na América Latina – workshops e seminários". Belém, Centro de Convenções do Cetur, 1992.

BATISTA, Vandick da S. & CHAVES, Ma. Do P. Socorro R. *Caracterização Socioeconômica da Atividade Pesqueira e da Estrutura de Comercialização do Pescado na Calha do rio Amazonas/Solimões*. In: O Setor Pesqueiro na Amazônia: análise da situação atual e tendências do desenvolvimento da Indústria da Pesca/PROVÁRZEA. Manaus: IBAMA, 2007.

CASTRO, F. ; MCGRATH, D. *O manejo comunitários de lagos na Amazônia*. Manaus: Parcerias Estratégicas, 2001.

CHAVES, Maria do P. Socorro R. Uma experiência de Pesquisa-ação para gestão de tecnologias apropriadas na Amazônia: o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá. Tese de Doutorado, UNICAMP/CIREDE, 2001.

CHIFUCO, N. C. *O conflito e o fenômeno de venda de terras no contexto de turismo, sua origem e mecanismos da sua prevenção*. II Conferência Nacional sobre o Maneio Comunitário dos Recursos Naturais. Maputo: FAO/IUCN/Unidades de Apoio ao Maneio Comunitário. 6p. 2001. In: GOMES, L. J. *Conflitos entre a conservação e o uso da terra em comunidades rurais no entorno do Parque Nacional da Serra da Bocaina: uma análise interpretativa*. Campinas. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola, 2002. Tese de doutorado.

DIEGUES, A.C. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: HUCITEC, 3ª.Ed., 2000.

FERREIRA, L. C. *Conflitos sociais. Texto de apoio didático da disciplina "Conflitos de uso de recursos naturais"* do Curso de especialização "Análise e Conservação de Recursos Naturais". NEPAM, UNICAMP/PADCT, CIAMB, 1999. In: GOMES, L. J. *Conflitos entre a conservação e o uso da terra em comunidades rurais no entorno do Parque Nacional da Serra da Bocaina: uma análise interpretativa*. Campinas. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola, 2002. Tese de doutorado.

HANNIGAN, J.. *Environmental Sociology: a social constructionist perspective*. Londres, Routledge, 1995.

ISAAC, V. J. ; CERDEIRA, R. G. P. *Avaliação e monitoramento de impacto dos acordos de pesca*. Manaus: Ibama\Provárzea, 2004.

LITTLE, P. E. *Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política*. In: BURSZTYN, M. (org.). *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond Ltda, 2001.

PEREIRA, H. S. *Iniciativa de co-gestão dos recursos naturais da várzea*. Manaus: Ibama\Provárzea, 2004.

SARAVIA, D. G. *Manual de instrumentos para gestão dos conflitos*. Centro de Servicios Municipales "Heriberto Jara", A. C, 2006.

VIOLA, E. & LEIS, H.. *O ambientalismo multissetorial no Brasil para além da Rio-92: o desafio de uma estratégia globalista viável*. In: VIOLA, E. et alli. *Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 1995.

RESUMO: O artigo discute a problemática dos conflitos socioambientais gerados em torno do uso dos recursos pesqueiros e seus reflexos sobre o modo de vida das populações ribeirinhas da Amazônia, contextualizando a trajetória de organização política dessas populações, enquanto estratégia para garantir o acesso e uso dos recursos naturais.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia; conflitos socioambientais; movimentos sociais.

* Doutora em Política Científica e Tecnológica/UNICAMP/CIREDE(Fr). Coord. Grupo Interdisciplinar de Estudos Sócio-ambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Apropriadas na Amazônia, Docente de Serviço Social/UFAM.

E-mail: socorro.chaves@ig.com.br

** Mestre em Ciência do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, pesquisador do Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea – PYRÁ/UFAM.

E-mail: jfernandes@ufam.edu.br

*** Coordenadora do Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea - PYRÁ (Universidade Federal do Amazonas). Docente UFAM. E-mail: tchoni1@uol.com.br